

ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA NA ATENÇÃO A PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.

PERFORMANCE OF PSYCHOLOGY PROFESSIONALS
IN THE CARE OF TRANSGENDER AND TRANSVESTITE PEOPLE:
A SYSTEMATIC REVIEW.

Recebido em: 10 de abril de 2023

Aprovado em: 20 de junho de 2023

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RCO | a. 15 | v. 2 | p. 51-77 | jul./dez. 2023

DOI: <https://doi.org/10.25112/rco.v2.3388>

Michele Cristina Bittencourt *michelebittencourt.psico@gmail.com*

Graduanda do curso de Psicologia da Faculdade IENH (Novo Hamburgo/Brasil).

Bruna Wendt *bruna.wendt@ienh.com.br*

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (Porto Alegre/Brasil). Professora do curso de Psicologia da Faculdade IENH - Instituição Evangélica de Novo Hamburgo/RS (Novo Hamburgo/Brasil).

RESUMO

O objetivo desta revisão sistemática foi investigar as práticas de cuidado utilizadas por profissionais da Psicologia na atenção à população transexual e travesti nos últimos dez anos. As bases de dados pesquisadas foram SciELO, Portal de Periódicos da CAPES, BVS-Psi, PePSIC e LILACS. As buscas resultaram em um total 491 artigos, após a leitura de seus resumos, 29 foram selecionados para leitura na íntegra e seis restaram compondo o corpus de análise desta revisão, os quais atenderam aos critérios de inclusão e à questão norteadora do estudo: Quais são as práticas de cuidado que vêm sendo utilizadas por profissionais da Psicologia na atenção à população transexual e travesti? A partir da Análise de Conteúdo, os resultados foram categorizados da seguinte forma: a) Práticas de cuidado utilizadas; b) Aspectos sócio-políticos relacionados às práticas e c) Desafios encontrados. Dentre os resultados, destaca-se como práticas utilizadas a abordagem psicossocial aliada à perspectiva da integralidade, a atuação em rede e garantia de direitos, a prática narrativa, a técnica da masturbação, o compartilhamento de histórias pessoais e as práticas grupais. A revisão sistemática evidenciou práticas plurais e públicas, implicadas com a promoção de vida, cuidado ampliado e garantia efetiva dos direitos desta população.

Palavras-chave: Psicologia. Diversidade sexual e de gênero. Transexual. Travesti. Políticas públicas.

ABSTRACT

The objective of this systematic review was to investigate the care practices used by Psychology professionals in the care of the transsexual and transvestite population in the last ten years. The searched databases were SciELO, Portal de Periódicos CAPES, BVS-Psi, PePSIC and LILACS. The searches resulted in a total of 491 articles, after reading their abstracts, 29 were selected for full reading and six remained composing the analysis corpus of this review, which met the inclusion criteria and the guiding question of the study: What are the care practices that have been used by Psychology professionals in the care of the transsexual and transvestite population? Based on the Content Analysis, the results were categorized as follows: a) Care practices used; b) Socio-political aspects related to practices and c) Challenges encountered. Among the results, it stands out that the psychosocial approach combined with the perspective of comprehensiveness, networking and guarantee of rights; narrative practice; the technique of masturbation; the sharing of personal stories and group practices as the main findings. The systematic review showed plural and public practices, involved with the promotion of life, extended care and effective guarantee of the rights of this population.

Keywords: Psychology. Sexual and gender diversity. Transsexual. Transvestite. Public policies.

1 INTRODUÇÃO

A população transexual e travesti tem trajetórias de vida marcadas pela discriminação, violência e marginalização no Brasil (Monteiro; Brigeiro, 2019; Rodrigues; Carneiro; Nogueira, 2021). Embora venha ganhando reconhecimento, visibilidade social e afirmação política nos últimos anos, ainda está exposta a níveis altíssimos de violência no Brasil, país que mais mata essa população no mundo há treze anos consecutivos, com números duas vezes maiores do que o segundo, o México (Antra, 2022; Tgeu, 2021).

Para pensar sobre essas violências, é necessário refletir sobre o contexto que as envolvem. As convenções socioculturais que regulamentam as normativas de sexo e gênero têm um histórico de patologizar e desumanizar existências que fogem da cisheteronormatividade¹ e, conseqüentemente, precarizar suas condições de vida. De acordo com Zucchi et al. (2019), essa população apresenta maiores índices de vulnerabilidade, como baixa escolaridade, moradias precárias, maiores taxas de informalidade no mercado de trabalho e piores relações familiares. Sua expectativa de vida é, em média, de 35 anos, o que representa menos da metade da expectativa de vida da população brasileira no geral (Nogueira; Aquino; Cabral, 2017).

A marginalização dessa população pode ser percebida, inclusive, nos contextos profissionais e acadêmicos. Aqui abordaremos especificamente o contexto da área da Psicologia. Na literatura nacional, estudos denunciam o desconhecimento dos profissionais e estudantes de Psicologia acerca desta população e atuação na área da Psicologia e Diversidade Sexual e de Gênero (Anzolin; Moscheta, 2019; Mizael; Gomes; Marola, 2019).

Considerando que o exercício efetivo do poder também se dá pela via da produção dos discursos, saberes e práticas regulatórias (Foucault, 1988), pretende-se pensar a Psicologia como um dispositivo capaz de contribuir ou romper com esse processo de apagamento e deslegitimação das existências travestis e transexuais. Em vista disso, este estudo objetivou investigar as práticas de cuidado utilizadas por profissionais da Psicologia na atenção à população transexual e travesti através de uma revisão sistemática da literatura. Para tanto, estabeleceu-se como pergunta norteadora: Quais são as práticas de cuidado que vêm sendo utilizadas por profissionais da Psicologia na atenção à população transexual e travesti?

¹ Cisheteronormatividade refere-se ao entendimento social de que somente pessoas cisgêneras (pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer) e heterossexuais (pessoas que sentem atração emocional, afetiva ou sexual por pessoas do gênero oposto ao seu) são consideradas normais e possíveis de ser compreendidas.

O referencial teórico deste estudo apresenta os conceitos que o embasam e está dividido em três tópicos: aspectos históricos e noções contemporâneas acerca da transexualidade e travestilidade, legislação e políticas públicas e Psicologia na atenção a pessoas transexuais e travestis. Em seguida, relata-se o método de pesquisa utilizado, assim como os procedimentos adotados para coleta e análise dos dados.

Na sequência, são apresentados os resultados da pesquisa, bem como sua análise e discussão, a partir de três categorias: práticas de cuidado utilizadas, aspectos sócio-políticos relacionados às práticas e desafios encontrados. Para finalizar, apresentam-se as considerações finais, pertinentes à pesquisa realizada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E NOÇÕES CONTEMPORÂNEAS ACERCA DA TRANSEXUALIDADE E TRAVESTILIDADE

Ao longo do tempo, as terminologias utilizadas para definir existências transexuais e travestis foram fundamentadas, principalmente, por um discurso regulatório baseado em concepções biomédicas que produziram uma rede de dispositivos normativos envoltos por processos patologizantes e estigmatizantes (FOUCAULT, 1988). Conforme construiu-se um espaço de visibilidade dessas existências, outras descrições foram se tornando necessárias para ultrapassar visões estereotipadas que sustentavam a marginalização e apagamento de pessoas transexuais e travestis.

Destaca-se que os conceitos que buscam definir o que são pessoas transexuais e travestis estão em constante construção, não podem ser entendidos como absolutos e devem ser legitimados por pessoas que se reconhecem nestas conformidades. Sendo assim, propõe-se as seguintes definições, baseadas em conceituações de ativistas, organizações e movimentos sociais, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) e Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

- Transexual: pessoa que não se identifica com as imposições socioculturais que lhe foram estabelecidas ao nascer. Utilizado tanto para identidades femininas, quanto masculinas (mulher transexual/transfeminina e homem transexual/transmasculino).

- Travesti: é uma identidade feminina, política e latino-americana. Pessoa que configura sua existência em uma estética e performatividade feminina, diferente do que lhe foi atribuído ao nascer.

Identidade de gênero se refere ao modo como as pessoas constroem um sentido de si e se autodeterminam enquanto homem, mulher, trans, travesti, não-binário e demais identidades. Neste sentido, “feminilidade” e “masculinidade” são categorias subjetivas, flexíveis, social e culturalmente construídas (Rodrigues; Carneiro; Nogueira, 2021). Segundo Butler (2018a), a exclusão social das vidas travestis e transexuais funciona como um processo punitivo por constituírem uma transgressão às normativas socioculturais que regulamentam as categorias de gênero e sexo. Ao romper com a lógica binária e cisheteronormativa, essas existências são desumanizadas e passam a ser corpos abjetos pelos quais não vale à pena lutar, proteger, salvar ou se importar (Bento, 2021; Butler, 2019).

Pensar na defesa da vida e na garantia dos direitos das travestis e pessoas transexuais é questionar as bases que sustentam a estrutura de uma sociedade transfóbica. É refletir sobre as diferentes instituições e campos de saber que se atravessam e historicamente produzem a marginalização dessa população nas escolas, mercado de trabalho, serviços de saúde e socioassistenciais, fazendo com que tenham seus direitos humanos básicos cerceados.

2.2 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A Constituição Federal de 1988 afirma ser dever do estado assegurar a cidadania e a dignidade humana, assim como “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988, art. 3º inc. IV). Além disso, ao dispor sobre saúde declara que

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (Brasil, 1988, art. 196)

Cabe destacar que, em 2003, a Política Nacional de Humanização (2003), já atentava para a necessidade de desenvolver estratégias de acolhimento e inclusão de grupos marginalizados e mencionava elementos de respeito às diversidades dos usuários dos serviços de saúde. Da mesma forma, a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS (2006) elaborada pelo Ministério da Saúde já reconhecia os direitos dessa população, bem como incentivava sua aplicação, incluindo aí o respeito e a utilização, nos serviços de saúde, do nome social para travestis e transexuais (Gianna, 2015, p. 151).

Durante o ano de 2009, em razão das reivindicações do movimento social, foi lançado um novo plano nacional centrado na promoção da cidadania LGBT, com proposições no âmbito da saúde. Nesta época, a sociedade começava a avançar no debate sobre a inclusão da diversidade sexual e de gênero em diversos setores, influenciados pela repercussão gigantesca das paradas de orgulho LGBT nas mídias sociais e meios de comunicação (Monteiro; Brigeiro, 2019).

Através das Portarias no 1.707, de 18 de agosto de 2008 e no 457, de 19 de agosto de 2008, o processo transexualizador, que prevê as cirurgias de redesignação sexual e tratamento com hormônios, foi regulamentado pelo Ministério da Saúde e, posteriormente, complementado por meio da Resolução no 1.955 do Conselho Federal de Medicina, de 3 de setembro de 2010. O Ministério da Saúde instituiu, em 2011, no âmbito do SUS, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais que é considerada um dos maiores avanços legais na atenção a essas populações.

A Política tem o objetivo de

promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo. (Brasil, 2011, p.18)

Leva em consideração que a discriminação por conta da diversidade sexual e de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de adoecimento por conta da marginalização consequente do preconceito e estigma social contra essas populações. Garante qualificar a rede de serviço do SUS para assegurar "o respeito e a prestação de serviços de saúde com qualidade e resolução de suas demandas e necessidades" (Brasil, 2011, p. 20).

Embora tenha ocorrido um grande avanço no âmbito da saúde, observa-se com preocupação, sobretudo nos últimos anos, o retrocesso na garantia dos direitos das pessoas LGBTQIAP+ no país, acompanhado pelo aumento de discursos de ódio e preconceituosos contra essas populações endossados pelos nossos governantes (CIDH, 2021). Faltam políticas públicas para combater a violência, a exclusão social no mercado de trabalho, ambientes acadêmicos e escolas, além da falta de acesso à moradia e alimentação, fatores que interferem diretamente no processo saúde-doença. Muito ainda precisa ser feito para alcançar a inclusão social dessa população. Capacitar as equipes de atendimento e incluir estas populações na tomada de decisões parecem ser aspectos fundamentais para que a garantia dos seus direitos seja realmente efetiva.

2.3 A PSICOLOGIA NA ATENÇÃO A PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS

A atuação da Psicologia no campo da Diversidade Sexual e de Gênero possui um histórico atravessado por discursos e posicionamentos que vão desde posturas patologizantes até abordagens mais libertadoras e politicamente empenhadas (Anzolin; Moscheta, 2019). Influenciada pelos movimentos sociais e com sua inserção nas políticas públicas no campo da saúde e da assistência social, a Psicologia passou a se reformular e adotar uma perspectiva mais libertadora e menos patologizante, comprometida com seu papel político-social.

Em 1999, foi publicada a primeira resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre diversidade sexual, reconhecendo que a homossexualidade não é um distúrbio e estabelecendo diretrizes para a atuação em relação à orientação sexual. Somente em 2018 foi publicada a primeira resolução do CFP sobre atuação profissional com pessoas transexuais e travestis. Apesar do avanço das discussões sobre o tema no Sistema Conselhos nos últimos anos, o debate parece não ter alcançado os cursos de graduação.

Os estudos no âmbito nacional indicam o desconhecimento dos estudantes acerca da atuação na área da Psicologia e Diversidade Sexual e de Gênero, o que se dá, principalmente, pela falta de oferta de disciplinas que contemplem a temática (Anzolin; Moscheta, 2019; Mizael; Gomes; Marola, 2019). Aponta-se o distanciamento entre as propostas das políticas de saúde da população e a realidade das práticas profissionais, o que faz prevalecer, frequentemente, atuações preconceituosas e normatizantes que afastam a população dos serviços (Barreto, 2016; Bessa, 2014; Anzolin; Moscheta, 2019; Detoni et al., 2011; Díaz, 2012).

Levando em consideração a ideia foucaultiana de que o exercício efetivo do poder se dá pela via da produção dos discursos, saberes e práticas regulatórias, é fundamental entender a graduação de Psicologia como parte de um sistema estrutural responsável por manter ou romper com concepções discriminatórias que baseiam os discursos de ódio e violência contra pessoas transexuais e travestis. Questionar o que deixa de ser dito, o que é considerado como menos importante e excluído dos cursos de graduação é necessário para atingir a formação de uma Psicologia implicada com a promoção e garantia de direitos dessas populações, prejudicadas historicamente por concepções e definições patologizantes advindas do próprio campo psi. Frente a isso, considera-se relevante investigar quais práticas de cuidado estão sendo exercidas pelos profissionais da Psicologia direcionadas a esta população, contribuindo com o debate e reflexão sobre a atuação neste contexto.

3 MÉTODO

O presente estudo apresenta um delineamento qualitativo e trata de uma revisão sistemática de literatura, que pode ser entendida como um processo formal e ordenado para avaliar e sintetizar resultados obtidos em pesquisas de diversas áreas. É considerada uma ferramenta importante para embasar políticas e intervenções em saúde (Costa; Zoltowski; Koller; Teixeira, 2015).

Para avaliar a qualidade metodológica da revisão sistemática, utilizou-se a versão traduzida e adaptada por Costa et al. (2015) do instrumento Assessment of Multiple Systematic Reviews (AMSTAR) e a recomendação PRISMA (Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises). Dois juízes verificaram de forma independente os procedimentos de seleção e extração.

3.1 PROCEDIMENTO DE COLETA DOS DADOS

A busca ocorreu em março de 2022 nas bases de dados SciELO, Portal de Periódicos CAPES, BVS-Psi, PePSIC e LILACS. Os descritores utilizados foram "Transexualidade AND Psicoterapia"; "Transexualidade", "Travestilidade", "Identidades trans", "Diversidade sexual e de Gênero", "Travesti", "Transgênero" e "Transgeneridade" AND "Psicologia".

Os critérios de inclusão foram: artigos publicados em periódicos indexados, gratuitos e disponíveis na íntegra; publicados a partir de janeiro de 2011 até março de 2022; provenientes de pesquisas empíricas, quali ou quantitativas; publicados na língua portuguesa (por ser o idioma dominante da autora principal); e com temáticas pertinentes ao objetivo da pesquisa. Já como critérios de exclusão, considerou-se fontes de publicação que não fossem artigos, como monografias, teses, dissertações, livros e editoriais, artigos de revisão de literatura e não pertinentes à temática. Inicialmente, a seleção dos estudos ocorreu pela leitura dos títulos e resumos. Após, os estudos selecionados foram avaliados a partir de sua leitura na íntegra.

3.2 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados provenientes dos estudos selecionados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), que consiste em "um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens" (BARDIN, 1977, p.38). A Análise de Conteúdo ocorreu através das etapas: 1) Pré-análise; 2) Descrição analítica; e 3) Interpretação referencial.

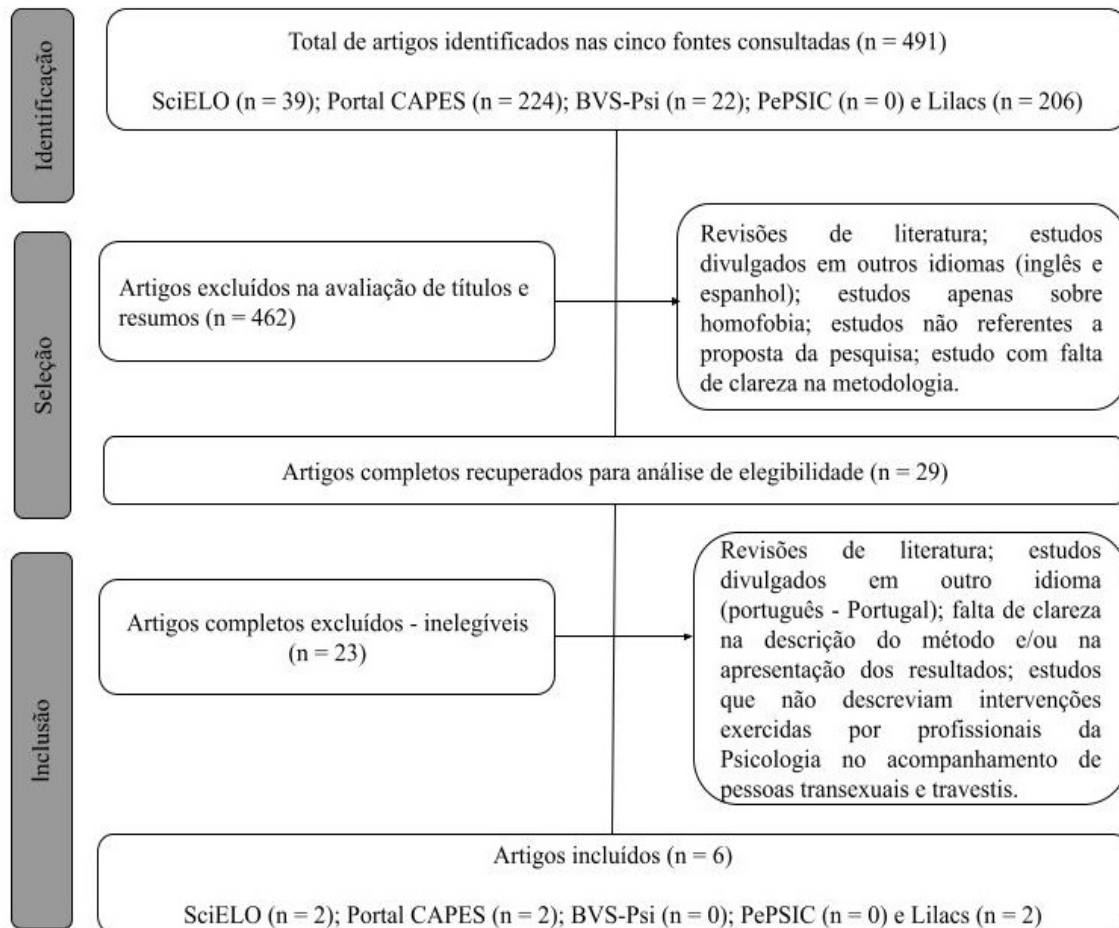
A partir da revisão, na íntegra, de cada um dos artigos selecionados, efetuou-se a análise categorial dos dados. Três categorias de análise foram definidas: Práticas de cuidado utilizadas; Aspectos sócio-políticos relacionados às práticas; e Desafios encontrados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As buscas resultaram em um total de 491 artigos, sendo que alguns apareceram como resultado de mais de uma combinação de descritores e/ou em mais de um site de busca, sendo contabilizados apenas uma vez. Após a busca inicial, realizou-se a leitura dos títulos e resumos dos artigos encontrados, de modo que 462 foram excluídos e 29 foram recuperados para serem lidos na íntegra. A partir disso, as informações foram sistematizadas e organizadas em uma tabela, com tópicos relevantes a serem analisados durante a leitura dos artigos como: título, autores/ano, periódico, palavras-chave, tipo de estudo, participantes, instrumentos, objetivos e principais achados.

A partir da leitura integral e com base nos critérios de inclusão e exclusão, 23 artigos foram excluídos por falta de clareza na descrição do método e/ou na apresentação dos resultados ou por não atenderem aos critérios de inclusão e exclusão. Os seis artigos restantes compuseram o *corpus* de análise desta revisão. A Figura 1 apresenta o fluxograma com as etapas de identificação, seleção e inclusão dos estudos, segundo a recomendação Prisma. Na Tabela 1, estão sintetizadas as principais características dos estudos selecionados.

Figura 1 - Fluxograma da seleção dos artigos revisados de acordo com a recomendação Prisma



Fonte: elaborada pelas Autoras (2022)

Tabela 1.
Principais características dos estudos selecionados (N=6)

Autores/Ano	Objetivo	Método	Principais achados
1. Guilhon et al. (2019)	Discutir possibilidades de intervenções que ampliem a potência de vida de usuários(as) do serviço através da interdisciplinaridade e articulação com o contexto da demanda.	Relato de experiência	A importância de se construir o campo das práticas psi atravessado pelo trabalho em rede pautado por questões relacionadas aos Direitos Humanos, movimento social e políticas públicas.
2. Moreira e Patelli (2019)	Narrar a experiência de intervenção psicossocial com um grupo de pessoas transexuais em um CRAS que buscavam a mudança no registro civil.	Relato de experiência	As oficinas de grupo proporcionaram uma tomada de posição ativa por parte dos membros do grupo. Aponta-se para a necessidade da consideração da dimensão psicossocial, da potencialidade dos grupos e dos sujeitos que os compõem.
3. Detoni, Machado e Nardi (2019)	Investigar como a PNAS é performatizada diariamente no serviço, em relação à diversidade sexual e de gênero. Descrever as histórias de usuários/as LGBTQ+ no CRAS e como foram realizados os seus respectivos acolhimentos.	Etnografia, pela análise de três situações-problema de usuários LGBTQ+ do CRAS.	Embora profissionais da Psicologia e Serviço Social reconheçam a importância do CRAS como porta de entrada para diferentes sujeitos e demandas, o tema da diversidade sexual e de gênero urge ser inserido também nos processos de formação, reuniões de rede e nas orientações da PNAS.
4. Oliveira (2014)	Analisar as formas de poder/saber que regulam a prática psicoterápica em grupo de pessoas transexuais requerentes da cirurgia de transgenitalização em um hospital universitário brasileiro de grande centro urbano.	Etnografia por observação participante e entrevistas com participantes de grupo terapêutico.	É ambíguo unir proposta terapêutica e poder pericial. Utilização de técnica da masturbação. Conceder o direito à cirurgia de mudança de sexo implica em incluir algumas e excluir tantas outras vivências de gênero e sexualidade para além dos protocolos oficiais. Os sujeitos ditos transexuais nem sempre respondiam segundo a lógica de sentido imposta, em alguma medida, pelos terapeutas.
5. Cabral e Muñoz (2021)	Abordar o acolhimento em saúde mental a pessoas que estão no processo transsexualizador.	Autoetnografia relacional.	Destacam a prática narrativa e o compartilhamento de histórias pessoais como instrumentos importantes para o acolhimento em saúde mental dessa população. Salientam a abordagem psicossocial como fundamental para a construção de um cuidado compartilhado, integral, horizontal, que favoreça a autonomia dos usuários e atenda suas necessidades.
6. Garcia e D'Angelo (2019)	Discutir como a chegada de uma jovem trans em uma unidade feminina de internação do Degase-RJ produziu tensões e revelou importantes dinâmicas, práticas e discursos a respeito de gênero, sexualidade e direitos.	Cartografia.	Atuação na perspectiva da garantia de direitos. Relatando como a presença de uma jovem trans demandou a criação de ações e estratégias institucionais para pautar a temática de gênero e criar um Grupo de Trabalho sobre diversidade sexual e de gênero e a produção do Regimento Interno do Degase (Decreto n. 46.525/18).

Fonte: elaborada pelas autoras (2022).

O ano com maior número de publicações foi 2019 (66,66% n=4), seguido de 2021 (16,66% n=1) e 2014 (16,66% n=1). Nota-se que, com exceção de um artigo (Oliveira, 2014), todos os demais (83,33% n=5) datam dos últimos cinco anos, o que denota que ainda é um campo a ser mais bem explorado e investigado. Após a leitura aprofundada dos artigos, três categorias foram criadas *a posteriori*: 1) Práticas de cuidado utilizadas; 2) Aspectos sócio-políticos relacionados às práticas e 3) Desafios encontrados, as quais serão detalhadas e discutidas a seguir.

4.1 PRÁTICAS DE CUIDADO UTILIZADAS

Diversas práticas de profissionais da Psicologia no atendimento a pessoas transexuais e travestis puderam ser identificadas, o que se relaciona com as múltiplas dimensões que devem ser consideradas no cuidado desta população. Zucchi, Barros, Redoschi, Deus e Veras (2019) indicam que a atuação profissional deve ser plural e baseada na integralidade, em uma perspectiva biopsicosocioassistencial, considerando que os fatores de vulnerabilidade social interferem diretamente na saúde mental.

Sendo assim, é preciso atentar-se às necessidades dos sujeitos em suas múltiplas dimensões para pensar no cuidado em saúde mental. O cuidado em saúde mental pode ser entendido como o ato de utilizar práticas capazes de produzir alívio de sofrimento em suas diversas formas, promotoras de vidas autônomas e ativas, ampliando o olhar e a escuta no encontro com os sujeitos e sua complexidade de vida (Cecílio, 2006; Feuerwerker, 2013).

Cinco dos seis estudos revisados (Cabral; Muñoz, 2021; Detoni; Machado; Nardi, 2019; Garcia; D'angelo, 2019; Guilhon et al., 2019; Moreira; Patelli, 2019) apontam a abordagem psicossocial como fundamental para pensar a promoção do cuidado em saúde mental a pessoas transexuais e travestis. Para Alves e Francisco (2009), a abordagem psicossocial no cuidado em saúde mental compreende o sujeito em sua multidimensionalidade, considera as articulações entre o que está na ordem do social e do psíquico. As autoras afirmam que a abordagem psicossocial

[...]compreende que a nossa história de vida é marcada pelas relações em rede, cujas estruturas social e familiar, bem como as experiências culturais, se manifestam no dia a dia; concebe, pois, o sujeito como um todo que afeta e é afetado no mundo (Alves; Francisco, 2009, p. 769).

Nesta perspectiva, Guilhon et al (2019) relatam a experiência com a atuação da Psicologia em um Centro de Cidadania LGBT. Os autores relatam o caso de Mabel, uma mulher negra, transexual e pobre acompanhada pela equipe após ter seus direitos violados ao passar por uma internação psiquiátrica na ala masculina. Ela teve seus cabelos cortados e sua identidade de gênero e subjetividade invalidada.

As práticas empregadas neste caso, durante a internação, se relacionam com a atuação em rede, mantendo contato direto com a instituição onde estava internada, com o intuito de assegurar seus direitos e integridade. Após a internação, Mabel passou a ter acompanhamento frequente no Centro de Cidadania LGBT realizado através de uma escuta livre, valorizando suas narrativas, falas, choros, risos e silêncios, “possibilitando a construção de um território subjetivo no qual suas existências pudessem ser cultivadas, cuidadas, olhadas e valorizadas” (Guilhon et al., 2019, p. 138).

A partir desse acompanhamento e com assistência jurídica, ela decidiu solicitar a retificação de registro civil e iniciar acompanhamento no Programa Transexualizador da cidade, o que também exigiu trabalho em rede, reuniões e atuação na perspectiva da clínica ampliada e garantia de direitos. Guilhon et al. (2019) destacam a importância da atuação de profissionais da Psicologia como agentes coletivos, para tecer e fortalecer as redes, promovendo práticas produtoras de novos sentidos e subjetivações, construídas coletivamente.

Uma atuação semelhante pôde ser observada no estudo de Garcia e D’Angelo (2019), em que as psicólogas apresentam práticas de cuidado desenvolvidas no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase-RJ) a partir da chegada de Estrela, a primeira adolescente trans² a ser reconhecida como tal pelo sistema judicial e a cumprir medida socioeducativa em uma unidade feminina no estado. As ações foram voltadas, primeiramente, para reivindicar e garantir o direito da menina de estar na ala feminina, após passar pela internação na ala masculina, onde sofreu diversas violações de direitos, como ficar em alojamento isolado, não frequentar as aulas e cursos, além de ter sua identidade de gênero constantemente invalidada.

Diante dessa situação, a equipe técnica se mobilizou, em concordância com Estrela e sua mãe, e conseguiu determinação judicial para cumprir a medida na ala feminina e ser tratada pelo nome social. As autoras relatam que a chegada de Estrela na ala feminina do Degase causou estranhamento e atitudes discriminatórias. Os agentes e algumas jovens questionavam a permanência dela na unidade “pelo fato de ela ter um pênis e que poderia engravidar alguma das outras internas, que poderia utilizar sua ‘força de menino’ e machucar gravemente as outras internas[...]” (Garcia; D’angelo, 2019, p. 250).

Foram necessárias práticas voltadas para a capacitação da equipe - que se negava a usar o nome social ou praticar as revistas íntimas, entre outras situações - e para a integração da menina com as outras adolescentes. A partir desta demanda, criou-se um Grupo de Trabalho, para tratar a temática da

² As autoras utilizam trans como um termo guarda-chuva, que engloba diferentes identidades, podendo incluir pessoas trans que se identificam dentro ou fora do sistema normativo binário de gênero (masculino x feminino).

Diversidade Sexual e de Gênero nas unidades da instituição. Promoveu-se rodas de conversa com os agentes de todas as unidades e uma alteração Regimento Interno do Degase, materializando protocolos e práticas que deveriam ser realizados no cuidado a jovens LGBT's durante a internação.

As psicólogas afirmam que as rodas de conversa foram ferramentas importantes para debater e refletir sobre as questões e tensões relacionadas à temática de gênero e sexualidade. A experiência possibilitou que, futuramente, outras meninas trans fossem internadas diretamente na unidade feminina.

Já Oliveira (2014), observou um grupo psicoterapêutico de pessoas transexuais requerentes da cirurgia de redesignação sexual em um Hospital Universitário. Realizou entrevistas com o psicólogo responsável e com dezesseis mulheres transexuais ligadas ao projeto de atendimento terapêutico, necessário para passar pelo processo transexualizador, de acordo com a Portaria nº 2.803 de 19 de novembro de 2013 que redefine o Processo Transexualizador no SUS (Brasil, 2013).

Participava do grupo quem já havia feito a cirurgia, aguardava o laudo autorizando ou já o possuía, mas aguardava a cirurgia, sendo a participação um dos critérios para avaliar o interesse em fazer a cirurgia. O espaço clínico era envolto pelo poder pericial, mas também se propunha como um espaço terapêutico.

Uma das práticas utilizadas pelo psicólogo era denominada "técnica da masturbação", utilizada para investigar a relação das usuárias com o órgão sexual.

É falado que a gente tem que se masturbar para se conhecer, para conhecer o corpo. A gente tem que deixar as coisas acontecerem. Se um rapaz quiser me masturbar, é para a gente deixar isso acontecer, para saber até onde nossos desejos vão, até onde nossa transexualidade de fazer a cirurgia vai. - Bruna, em entrevista, 40 anos (Oliveira, 2014, p.844).

Neste contexto, a técnica da masturbação pode ser entendida como uma das práticas em que a sexualidade se torna um dos códigos de apreensão de si, do mundo e do outro (Oliveira, 2014). Embora possa ser potente ao prover uma "vontade de saber", no sentido apresentado por Foucault (1988), incentivando a buscar da verdade de si em seus desejos e sua sexualidade, é preciso tomar muito cuidado com o risco de definir a sexualidade como a referência básica para determinar a identidade dos sujeitos. Se, por exemplo, uma mulher transexual sente prazer ao penetrar outro indivíduo, "o sonho da cirurgia se tornará algo distante e quimérico aos olhos do terapeuta" (Oliveira, 2014, p. 845).

Outra prática exercida foi a de reforçar que as participantes precisariam apresentar características femininas, como delicadeza, educação, economia dos gestos etc, advindas de uma vontade interior de ser mulher (Oliveira, 2014). Esta prática ignora o poder que a posição do psicólogo tem de determinar/forçar atributos que elas precisariam ter para se encaixar em uma verdadeira identidade feminina. Está

ancorada no que Butler (2019) denominou como “modelo discursivo hegemônico de inteligibilidade do gênero” que pressupõe como possível apenas existências em que mulher performa o feminino e homem performa o masculino.

Moreira e Patelli (2019) também narram práticas direcionadas a pessoas transexuais e travestis no formato de grupo terapêutico. Diferentemente do estudo descrito anteriormente, neste, a prática grupal aparece como estratégia de inclusão social, ampliação e fortalecimento da rede de apoio e autonomia, promovendo a troca de informações, minimizando danos e potencializando habilidades. O grupo, coordenado pelo psicólogo do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), denominado TranspareSer, objetivava viabilizar a retificação do registro civil.

Os(as) participantes compartilhavam o sofrimento causado por situações discriminatórias e constrangedoras por terem o nome registrado em seus documentos associados ao gênero oposto ao que aparentavam ou se autodenominavam, ressaltando a importância do nome na legitimação da identidade de gênero (Alves, 2017; Preciado, 2014). O grupo, além de acolher quem estava passando por um momento de sofrimento, servia de apoio emocional para quem passava pela mudança no registro civil, potencializando os recursos simbólicos e emocionais dos(as) participantes.

Salienta-se que o processo de fortalecimento de habilidades sociais e da rede de apoio, a reorganização das vidas, a produção de resistências individuais e coletivas, o apoio emocional e posterior postura ativa dos membros do grupo na resolução das demandas que o cercavam, só foram possíveis a partir da reivindicação do psicólogo para possibilitar um espaço de trocas de experiências e reconhecimento para esta população. Atualmente, o grupo atua como uma ONG voltada para a garantia de direitos LGBTQIAP+, o que denota o grau de autonomia e empoderamento que seus membros desenvolveram.

A pesquisa de Cabral e Muñoz (2021) foi realizada em um ambulatório transexualizador do SUS pela psicóloga responsável do local e apresenta recortes narrativos sobre o acolhimento de duas mulheres e um homem transexual. Destacam a prática narrativa e o compartilhamento de histórias pessoais no acolhimento em saúde mental como ferramentas produtoras de novos sentidos para a experiência singular de transição de gênero.

A prática narrativa pode ser descrita como o ato de narrar sua própria história, através dela é possível observar como os sujeitos vivenciam suas experiências de vida. Busca-se dar valor para a experiência e o saber de quem procura o atendimento, acreditando em sua “capacidade de gerenciar a própria vida e de modo a estar atento aos recursos utilizados por cada pessoa para lidar com seu sofrimento” (Cabral; Muñoz, 2021, p. 273). A partir de relatos, percebe-se como foi importante para quem passou pelos atendimentos poder contar a sua história e, ao mesmo, se ouvir contando.

As perguntas ajudaram a responder questões sobre o que estava acontecendo comigo. Ouvir sua própria voz falando sobre esses assuntos promove uma internalização mais efetiva. Será que eu estou aqui em erro? Será que eu estou aqui da forma correta? [...] Eu sempre tratei os nossos encontros como uma possibilidade de falar mais sobre o assunto. Eu não tinha com quem falar-Daniellie (Cabral; Muñoz, 2021, p. 269)

Clínica e política se atravessam ao reconhecerem a necessidade de intervenção nos processos culturais que envolvem a deslegitimação de existências. Aponta-se como fundamental sustentar um acolhimento que esteja eticamente engajado em intervir na cultura para possibilitar a inclusão social desta população. Deve-se focar no acolhimento em saúde mental naquele momento de vida, o que busca e como tem lidado com seus sofrimentos e com as violências que os atingem, não em determinar se é transexual ou não (Cabral; Muñoz, 2021).

As autoras afirmam que as intervenções voltadas para investigar a possibilidade de cirurgia de redesignação sexual devem considerar os determinantes sociais que influenciam a saúde mental. De acordo com Arán e Murta (2009), essa população chega aos serviços em situação de extrema vulnerabilidade física, psíquica e social, sendo fundamental promover um cuidado para além das modificações corporais necessárias e desejadas.

Detoni, Machado e Nardi (2019) analisaram o acolhimento de três pessoas reconhecidas como LGBTQIAP+ em um CRAS. Aqui, abordaremos apenas o caso de Leila, o único que trata do cuidado a pessoas transexuais e travestis descrito no estudo. Leila estava na faixa dos 50 anos de idade, era pobre, trabalhadora do sexo e ora se denominava como travesti, ora como mulher transexual.

Para pensar em práticas de cuidado neste caso, foi necessário refletir sobre os marcadores sociais das suas experiências de opressão, nas interseccionalidades de gênero, classe social, profissão e geração. Sua vivência era envolta pela experiência de abjeção do seu corpo, de sua existência (Butler, 2019), até mesmo dentro da prostituição, quando seu corpo foi considerado velho e não mais desejado.

Leila tinha vontade de passar pelo processo transexualizador e retificação de registro civil, mas se encontrava em uma posição tão fragilizada social e emocionalmente que não via nenhuma possibilidade de realizar isto. Foram necessárias práticas de cuidado integral, pensando nos determinantes sociais de saúde, bem como de apoio e acompanhamento para fortalecimento emocional. Articulou-se, a partir do trabalho em rede, encaminhamentos para serviços especializados que dariam conta de demandas que ultrapassavam os limites do CRAS.

Percebe-se, a partir dos estudos revisados, que as práticas desenvolvidas por profissionais da Psicologia no cuidado a pessoas transexuais e travestis variam de acordo com os contextos de trabalho em que estão inseridos e com as necessidades de quem busca o cuidado. A abordagem psicossocial -

relatada em todos os estudos, exceto no de Oliveira (2014) - se destaca como uma estratégia fundamental, aliada à perspectiva da integralidade, da atuação em rede e da garantia de direitos, em concordância com o que preconiza as normativas e resoluções que norteiam a atuação da Psicologia nesta área (CFP, 2011, 2013, 2018).

Ressalta-se que a técnica da masturbação pode ser uma estratégia de autoconhecimento capaz de auxiliar na investigação da relação dos sujeitos com seus corpos. Porém, é necessário estar atento aos processos que incluem determinados sujeitos em uma categoria de "transexual verdadeiro" e exclui tantas outras formas de vivenciar a sexualidade e identidade de gênero, ao sustentar esta prática.

As práticas mencionadas são ferramentas potentes na produção de novas formas de subjetivação e cuidado em saúde mental desta população. Aponta-se as práticas grupais como fundamentais no fortalecimento de redes, inclusão social e promoção de autonomia, empoderamento e resistência individual e coletiva.

Destaca-se que, embora a maioria das práticas tivesse o objetivo de olhar verdadeiramente para as pessoas e amparar seus sofrimentos, também buscavam a garantia de direitos básicos, visto que a não garantia é fator gerador de sofrimento mental e emocional. Percebe-se uma atuação plural, implicada com a promoção de saúde e cuidado ampliado, autonomia e com a construção de formas dignas de vida.

4.2 ASPECTOS SÓCIO-POLÍTICOS RELACIONADOS ÀS PRÁTICAS

Ressalta-se que todas as práticas de cuidado aqui analisadas foram amparadas por políticas e ações públicas. As práticas evidenciadas nos estudos de Detoni et al. (2019) e Moreira e Patelli (2019) foram viabilizadas a partir da atuação de profissionais da Psicologia nos CRAS, instaurados no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). São importantes dispositivos na garantia de direitos e no combate à precariedade de vida, entendida como omissão do Estado sobre a forma como são organizados, distribuídos e acessados os bens necessários à vida com dignidade (Butler, 2018).

Já o estudo de Garcia e D'Angelo (2019), se desenvolveu no contexto do Degase, um órgão do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, responsável por executar as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No mesmo estado, Guilhon et al. (2019) relatam práticas desenvolvidas em um Centro de Cidadania LGBT, criado pelo programa Rio Sem Homofobia (atual Rio Sem LGBTIfobia), a partir do Decreto Estadual nº 40.822, de 26 de junho de 2007.

Os Centros de Cidadania LGBT são importantes dispositivos no combate a LGBTQIAP+fobia, oferecendo apoio jurídico, psicológico e socioassistencial. Embora o programa ainda exista, sofreu e sofre por constantes ataques e tentativas de desmonte pelo poder público (CASSAL, 2018).

Além disso, Garcia e D'Angelo (2019) relatam que muitos agentes sociais do Degase aceitaram se referir à Estrela pelo nome social somente após o conhecimento de decretos estaduais e federais sobre o direito ao uso do nome social nas repartições públicas. Esta experiência demonstra a essencialidade de dispositivos legais que defendam o direito ao uso nome social seu poder na efetivação da garantia destes direitos. Cabral e Muñoz (2021) e Oliveira (2014) apresentam práticas exercidas em ambulatórios vinculados ao Processo Transexualizador do SUS, instaurado pela Portaria nº 2.803, 2013.

O fato de as atuações serem possibilitadas nestes contextos, demonstra que profissionais da Psicologia não precisam estar, necessariamente, em serviços de saúde para promover saúde mental e reitera a importância de políticas públicas e ações concretas de oferta de serviços públicos voltadas para esta população, pois sem elas talvez não existissem dispositivos de sobrevivência, de superação da precariedade de vida sofrida pela população transexual e travesti. Além disso, ressalta-se o compromisso ético-político-social da Psicologia de defender estes dispositivos legais nos locais de atuação, tornando possível o cuidado de populações historicamente marginalizadas e desumanizadas.

4.3 DESAFIOS ENCONTRADOS

Um dos pontos observados sobre as dificuldades encontradas por profissionais da Psicologia na oferta do cuidado e pela população transexual e travesti que procura seus serviços foi a falta de espaços instituídos e normativas técnicas que reconheçam o compromisso do CRAS com as demandas desta população. Nestes serviços, as ações voltadas para o combate à desigualdade e preconceito de gênero acabam limitadas às mulheres cisgêneras responsáveis pelo sustento familiar (Detoni; Machado, & Nardi, 2019; Meyer; Klein; Dal'igna; Alvarenga, 2014).

Neste sentido, quando há ações voltadas diretamente para a população transexual e travesti, são entendidas como atípicas e exceções, encontrando uma série de barreiras para serem realizadas (MOREIRA & PATELLI, 2019). Isto, além de dificultar o acesso desta população a estes serviços, também dificulta o reconhecimento dos próprios profissionais acerca da importância de estarem atentos às necessidades desta população e de serviços e programas voltados à ela (Detoni et al., 2019).

Outra questão apontada foi a falta de capacitação de profissionais em serviços não especializados que acabam tendo atitudes discriminatórias e afastando a população dos serviços de cuidado (Cabral; Muñoz, 2021). Nos estudos de Guilhon et al. (2019) e Garcia e D'Angelo (2019) as práticas discriminatórias foram exercidas por profissionais de outras áreas e a atuação dos profissionais da Psicologia foi fundamental para seu enfrentamento e superação.

Oliveira e Romanini (2020) apontam que o acesso da população transexual e travesti aos serviços não especializados se dá, majoritariamente, para solicitar encaminhamento para os serviços especializados. Os profissionais atuantes nestes serviços precisam estar preparados e capacitados para atendê-la, atentos às suas especificidades e sem estabelecer práticas discriminatórias que distanciam a população dos serviços de cuidado.

Ademais, os efeitos subjetivos e sociais da trajetória de vida desta população antes, durante e após a transição de gênero - como por exemplo, o rompimento de laços familiares e sociais, fraca rede de apoio emocional e econômica - são complexos e necessitam de um cuidado integral, para além dos serviços especializados (Almeida; Murta, 2013).

Observa-se, também, a falta de capacitação profissional de profissionais da Psicologia. Cabral e Munõz (2021) relatam o exemplo de Martim, homem transexual que, após uma péssima experiência na Atenção Básica e consultório particular, viu o tratamento irregular como sua única opção para passar pela transição.

A falta de capacitação profissional relatada nos estudos (Cabral; Munõz, 2021; Oliveira, 2014) permite o questionamento sobre o modo como esta temática é abordada na graduação em Psicologia. Barreto (2016) aponta um ensino que não se atualizou com os estudos mais contemporâneos dos movimentos feministas e de gênero. Além disso, o conhecimento dos estudantes é extremamente limitado e inadequado pela falta de oferta de disciplinas e debates promovidos pelos cursos de graduação em Psicologia no Brasil que contemplem a temática (Mizael et al., 2019). É fundamental refletir sobre o não dito, o que deixa de ser discutido para que se possa atingir a formação de uma Psicologia implicada com a promoção e garantia de direitos dessas populações, prejudicadas historicamente por concepções patologizantes advindas do próprio campo psi.

Outro ponto observado foi que a maioria dos estudos revisados citava práticas exercidas no cuidado de pessoas transexuais e poucos citavam as travestis. Zucchi et al. (2019) apontam diferenças importantes de marcadores sociais entre mulheres transexuais e travestis, sendo que estas últimas estão associadas a mais indicadores de vulnerabilidade social, como cor da pele preta, piores condições de moradia, menores níveis de escolaridade, mais empobrecimento das relações sociais e mais envolvimento com a prostituição do que mulheres transexuais, sendo assim, mais estigmatizadas e marginalizadas.

Oliveira (2014) indica que existe um preconceito de que as travestis são agressivas, gostam de chamar atenção e se exibir, enquanto as mulheres transexuais seriam mais delicadas e educadas. Essa marginalização, por vezes, é reproduzida dentro do próprio grupo, algo comum entre grupos

estigmatizados em que divisões internas são estabelecidas para tentar justificar o estigma que recai sobre todo o grupo (Goffman, 1980).

Moreira e Patelli (2019) relatam a resistência que participantes transexuais do grupo TranspareSer tiveram diante da inclusão das travestis no grupo. Ao longo dos encontros, o grupo foi discutindo suas próprias atitudes discriminatórias até concordar com a inclusão das travestis. É importante que esta discussão seja feita para que se possa superar o entendimento social de que as travestis seriam inferiores às mulheres transexuais para que não sejam colocadas à margem da margem sofrendo preconceito e exclusão dentro da própria comunidade LGBTQIAP+ e sendo mais invisibilizadas diante dos serviços de cuidado.

Escutar a visão desta população, suas experiências e incluí-las na tomada de decisões parecem ser aspectos fundamentais para a garantia efetiva de seus direitos, para que ocupem espaços 'na academia, nas casas legislativas e nos campos de deliberação, fato que, como eco, redimensiona antigos debates sempre feitos sobre pessoas trans e que agora passam a ser feitos com e para pessoas trans" (Vieira; Pereira; Dutra; Cavalcanti, 2019, p. 163). Sendo assim, é importante lembrar que foi a partir das reivindicações dos movimentos sociais e ativistas trans e travestis que houve a efetiva ampliação do debate sobre os direitos e necessidades desta população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do atual cenário político-social que normaliza a marginalização e desumanização das existências transexuais e travestis, do avanço de políticas antitrans no país e do desmonte de um sistema que resiste para prosseguir existindo, é dever da Psicologia reconhecer e cumprir seu dever ético-político-social no combate a "quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (CFP, 2005, p.7). Para isso, salienta-se a urgência em pensar a Psicologia como parte de um sistema estrutural responsável por manter ou romper com concepções discriminatórias que amparam os discursos de ódio e violência contra pessoas transexuais e travestis.

Os resultados obtidos a partir dessa revisão sistemática da literatura, foram analisados através da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). Três categorias de análise foram criadas, a primeira buscou descrever as práticas encontradas, destacando a abordagem psicossocial como principal estratégia de cuidado direcionado a esta população por parte de profissionais da Psicologia, aliada à perspectiva da integralidade, da atuação em rede e da garantia de direitos. Aponta-se, também, a prática narrativa, o compartilhamento de histórias pessoais e as práticas grupais como dispositivos potentes na produção de

novas formas de subjetivação, fortalecimento de redes de apoio, inclusão social, promoção de autonomia e empoderamento individual e coletivo desta população.

A segunda categoria salienta o fato de que todas as práticas analisadas foram promovidas em contextos e a partir de políticas públicas. Os contextos foram: CRAS, ambulatórios vinculados ao processo transexualizador do SUS, Centro de Cidadania LGBT e Degase-RJ. Reitera-se a essencialidade das políticas públicas na busca pelo cuidado integral da população transexual e travesti e superação da atual condição de exclusão e marginalização social que sofrem.

A terceira e última categoria de análise dos resultados aponta para as dificuldades encontradas por profissionais da Psicologia e pela população transexual e travesti que procura seus serviços, nos estudos revisados. São elas: a falta de espaços instituídos e normativas técnicas que reconheçam o papel e o compromisso dos serviços não especializados com as demandas desta população; a falta de capacitação profissional; falta de articulação entre serviços especializados e não especializados no cuidado desta população e a invisibilização da população travesti no acesso aos serviços de cuidado.

Evidenciou-se, nesta pesquisa, uma atuação pública e plural, baseada em práticas implicadas com a garantia de direitos, promoção de vida e autonomia, em uma perspectiva ampliada e libertária de cuidado. Acredita-se na capacidade da Psicologia em contribuir com a superação do processo de apagamento e deslegitimação das existências travestis e transexuais.

De acordo com esta pesquisa, considera-se que as normativas e orientações técnicas que buscam embasar a atuação da Psicologia neste contexto vêm sendo cumpridas. Contudo, reforça-se a necessidade da ampliação deste debate durante a graduação e formações complementares, buscando que mais profissionais estejam atentos e capacitados para lidar com as demandas deste público e que as experiências relatadas nos estudos revisados estejam cada vez mais presentes no cuidado ofertado à esta população e não mais consideradas únicas e exceções.

Ademais, este estudo apresenta como limitações a pequena amostra de artigos recuperados e a inclusão somente de artigos disponibilizados gratuitamente e em língua portuguesa. A escassez de estudos que relatem experiências de práticas de profissionais da Psicologia no cuidado à população transexual e travesti aponta para a necessidade de explorar mais esse campo de atuação. Espera-se que este estudo possa contribuir com pesquisas posteriores nesta área e sugere-se que possam abranger artigos publicados em mais idiomas e provenientes de outras fontes de publicação, bem como, que possam ampliar a investigação das práticas da Psicologia voltadas para outras populações dentro da Diversidade Sexual e de Gênero como, por exemplo, lésbicas, gays, bissexuais, pansexuais, assexuais, não-binários, intersexuais, entre outras formas de vivenciar sexualidade e gênero.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro) [online]**. 2013, n. 14, pp. 380-407. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200017> Acesso em: 16 maio 2022.

ALVES, C. E. R. (2017) **Nome sui generis: O nome (social) como dispositivo de identificação de gênero**. Belo Horizonte, MG: PUC Minas.

ALVES, Edvânia dos Santos; FRANCISCO, Ana Lúcia. Ação psicológica em saúde mental: uma abordagem psicossocial. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. 2009, v. 29, n. 4, pp. 768-779. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400009>>. Acesso em: 4 junho 2022

ANTRA. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021** / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf> Acesso em: 10 fev. 2022.

ANZOLIN, Bárbara; MOSCHETA, Murilo dos Santos. Sentidos sobre Diversidade Sexual e o Trabalho de Psicólogas na Atenção Básica. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. 2019, v. 39, n. spe3, e228644. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003228644>>. Acesso em: 12 out. 2021.

ARÁN, M.; MURTA, D. (2009). Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 19(1), 15-41. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100003>> Acesso em: 7 junho 2022

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, D. J. (2016). **A (in)visibilidade dos prazeres, das sexualidades e dos gêneros e a parresia na formação queerizada em psicologia: Narrativas de outras perspectivas e experiências docentes** (Tese doutorado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil. Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/137972/barreto_dj_dr_assis.pdf?sequence=3&isAllowed= Acesso: 3 junho 2022.

BENTO, B. O belo, o feio e o abjeto nos corpos femininos. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 36, n. 01, p. 157–172, 2021. DOI: 10.1590/s0102-6992-202136010008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/28303>. Acesso em: 9 out. 2021.

BESSA, G. (2014). **Sentidos de psicoterapia para homens gays** (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21280/1/SEntidosPsicoterapiaHomens.pdf> Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde** / Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 28 p. Disponível em http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/AF_Carta_Usuarios_Saude_site.pdf Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integralde Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. 32 p. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf Acesso em: 4 set. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero [recurso eletrônico]: feminismo e subversão da identidade**, 16ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam [recurso eletrônico]: os limites discursivos do “sexo”**. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018b.

CABRAL, Clarice Cezar; MUÑOZ, Nuria Malajovich. Uma transição compartilhada: sobre o acolhimento em saúde mental em um ambulatório do processo transexualizador do SUS. **Revista Latinoamericana**

de Psicopatologia Fundamental [online]. 2021, v. 24, n. 2, pp. 259-280. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n2p259.3> Acesso em: 9 abril 2022.

CASSAL, L. C. B. (2018). Um estudo entre ruínas: O programa Rio sem homofobia e a política LGBT fluminense. **Rebeh: Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, 1(4), 124-162. Disponível em <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/163/117>

COSTA, Angelo Brandelli et al. Construção de uma escala para avaliar a qualidade metodológica de revisões sistemáticas. **Ciência & Saúde Coletiva [online].** 2015, v. 20, n. 8 pp. 2441-2452. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015208.10762014> Acesso em: 27 out. 2021

CIDH. Inter-American Commission on Human Rights. **Situação dos direitos humanos no Brasil:** Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 12 de fevereiro de 2021 / Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em <http://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/Brasil2021-pt.pdf> Acesso em: 3 out. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** Brasília, agosto de 2005. Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf> Acesso 04 set. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos** / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2011. Disponível em <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-e-diversidade-sexual-desafios-para-uma-sociedade-de-direitos/> Acesso em 18 set. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans.** Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf> Acesso em: 23 set. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP n. 1, de 22 de março de 1999.** Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia 1999. Disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf Acesso em: 16 set. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP n. 1, de 29 de janeiro de 2018**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2018. Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CF-01-2018.pdf> Acesso em: 16 set. 2022

DÍAZ, G. A. (2012). **Sexualidade(s): Concepções de psicólogos/as de unidades básicas de saúde de Florianópolis** (Dissertação de mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/100483/308007.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 14 set. 2021

DETONI, Priscila Pavan; MACHADO, Paula Sandrine; NARDI, Henrique Caetano. A produção da diversidade sexual e de gênero nas práticas do CRAS. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 24, n. 3, p. 281-291, set. 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2019000300006&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 9 abril 2022.

DETONI, P. P.; MARQUES, D. M.; SOARES, L. V.; NARDI, H. C. (2011). As formas do “fazer psi” e a constituição das políticas públicas associadas à diversidade sexual. **Revista Psicologia Política**, 11(22), 279-294. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3898929> Acesso em: 23 maio 2022.

FEUERWERKER, L. C. M. Cuidar em saúde. p. 43-57. IN: **VER-SUS Brasil: cadernos de textos [documento eletrônico]** / Associação Brasileira da Rede Unida; organização de Alcindo Antônio Ferla, Alexandre de Souza Ramos, Mariana Bertol Leal, Mônica Sampaio de Carvalho. – Porto Alegre: Rede Unida, 2013. 106 p. (Coleção VER-SUS/Brasil). Disponível em http://www.redeunida.org.br/media/ckeditor_files/2020/06/08/caderno-de-textos-min.pdf Acesso em: 23 set. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GARCIA, Aline Monteiro; D'ANGELO, Luisa Bertrami. Corpos Trans* na Medida Socioeducativa de Internação: Desestabilizando Práticas e Produzindo Novidades. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. 2019, v. 39, n. spe3, e229281. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229281> Acesso em: 9 abril 2022.

GIANNA, Maria Clara. Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais: cinco anos de desafios e realizações in: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na saúde** – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 194 p. Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf Acesso em: 18 set. 2021

GUILHON, Flávio et al. [ARTIGO PARCIALMENTE RETRATADO] Centro de Cidadania LGBT: Memórias e Experiências no Campo das Práticas Psi em Prol da Defesa dos Direitos Humanos. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2019, v. 39, n. spe3, e228604. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228604> Acesso em: 9 abril 2022.

MEYER, Dagmar Estermann et al. Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social. **Rev. Estud. Fêmea**, Florianópolis, v. 22, n. 3, pág. 885-904, dezembro de 2014. Disponível em http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2014000300009&lng=en&nrm=iso Acesso em: 23 maio 2022.

MIZAE, T. M.; GOMES, A. R., & MAROLA, P. P. (2019). Conhecimentos de estudantes de Psicologia sobre normas de atuação com indivíduos LGBTs. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 39, 1-20. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-3703003182761> Acesso em: 16 set. 2021.

MONTEIRO, Simone e BRIGEIRO, Mauro. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2019, v. 35, n. 4. e00111318. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00111318> Acesso em: 3 out. 2021.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; PATELLI, Celso Fernandes. TranspareSer: Autonomia e Exercício de Direitos de um Coletivo de Pessoas Transexuais. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2019, v. 39, n. spe3, e228497. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228497> Acesso em: 9 abril 2022.

NOGUEIRA, S. N. B.; AQUINO, T. A.; CABRAL, E. A. **Dossiê: a geografia dos corpos das pessoas trans**. Aracaju: Rede Trans Brasil, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2sVI6D5> Acesso em: 22 out. 2021.

OLIVEIRA, Itauane de; ROMANINI, Moises (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. **Saúde e Sociedade** [online]. 2020, v. 29, n. 1, e170961. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020170961> Acesso em: 18 out. 2021.

OLIVEIRA, Marcos de Jesus. Uma etnografia sobre o atendimento psicoterapêutico a transexuais. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2014, v. 22, n. 3, pp. 839-862. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300007> Acesso em: 9 abril 2022.

PRECIADO, B. (2014). **Manifesto contra-sexual**. São Paulo: n-1 edições

RODRIGUES, Liliana; CARNEIRO, Nuno Santos; NOGUEIRA, Conceição. História das abordagens científicas, médicas e psicológicas sobre as transexualidades e suas aproximações críticas. **Saúde e Sociedade [online]**. 2021, v. 30, n.2 e200768. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200768> Acesso em: 9 out. 2021.

TRASNGENDER EUROPE (TGEU); Trans Respect Versus Transphobia Worldwide. TMM Update. Trans day of remembrance 2021. Disponível em <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/> Acesso em: 17 nov. 2021

VIEIRA, Erick da Silva et al. Psicologia e Políticas de Saúde da População Trans: Encruzilhadas, Disputas e Porosidades. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. 2019, v. 39, n. spe3, e228504. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228504> . Acesso em: 10 out. 2021